

- LXXV -**A RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO NA REFORMA
DO ENSINO MÉDIO****Suzane da Rocha Vieira Gonçalves**

suzanevieira@gmail.com

Maria Renata Alonso Mota

mariarenata,alonso@gmail.com

Simone Barreto Anadon

simoneanadon74@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

A Reforma do Ensino Médio instituída por meio da Lei n. 13.415/2017 impõe uma série de mudanças na organização e oferta da última etapa da Educação Básica e coloca em dúvida o direito à educação. Afirmar-se isso porque, por um lado, a nova organização proposta em itinerários formativos e por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) esvaziada de conhecimentos põe em dúvida a formação que será oportunizada aos jovens, e por outro lado, a reforma abre a possibilidade de que parte da oferta pública do ensino médio ocorra a partir de parcerias com a iniciativa privada. Como aponta SILVA (2018), não há dúvidas que a Reforma do Ensino Médio visa a promover mudanças de duas ordens: na organização curricular do ensino médio e no financiamento público desta etapa da Educação Básica.

Neste trabalho, buscamos problematizar os possíveis efeitos da Reforma do Ensino Médio no que se refere ao financiamento público da educação, discutindo a relação público/privado para a oferta da educação no Brasil, em especial para o itinerário de formação profissional do Ensino Médio. Para as reflexões que são apresentadas neste estudo, foi realizada a análise da Lei que instituiu a Reforma do Ensino Médio, verificando como essa flexibiliza aspectos do financiamento e os materiais utilizados pelo Ministério da Educação no seminário intitulado “Desafios e Perspectivas no Itinerário de Formação Técnica e Profissional no Ensino Médio” promovido pelo MEC em setembro de 2018, que

procurou orientar a implementação do quinto itinerário, apontando as parcerias com o setor privado como uma alternativa.

Entendemos que as parcerias público/privadas caracterizam uma das formas de privatização e que atendem aos pressupostos da agenda neoliberal. (ADRIÃO, 2018; PERONI, 2018) A implementação de tal agenda no Brasil, teve início a partir da década de 1990, passou por um período mais brando, durante os governos do PT e após o golpe em 2016, a agenda é retomada com grande intensidade. Nesse contexto, que a Reforma do Ensino Médio é proposta por meio de uma Medida Provisória e aprovada em fevereiro de 2017.

A política privatista do sistema educacional vem sendo colocada em prática, não necessariamente com a venda das escolas para as entidades privadas, como se vivenciou com empresas estatais na década de 1990, e sim aos poucos e de forma meio sigilosa, através de concessões e convênios. O Estado no Brasil tornou-se o promotor da privatização no campo social e educacional, enfraquecendo as instituições sociais. Ao mesmo tempo, aperfeiçoa novas formas de clientelismo, especialmente nas relações com as entidades privadas na esfera educacional: fundações, institutos de ensino, empresários de equipamentos e informática, editoras, empreiteiras, empresas de propaganda oficial e empresas do setor de alimentação escolar. Portanto, a natureza do processo privatizador excludente não está fora do Estado, senão dentro de sua própria estrutura e nos acordos pactuados com as forças econômicas, político-partidárias que o constituem historicamente. (SILVA, 2005).

As justificativas para a implementação das diferentes estratégias de privatização, pautam-se na desqualificação oferta educacional do setor público, diante de suas fragilidades e na expertise do setor privado para o cumprimento de metas e assim chegar em determinado patamar de qualidade. No entanto, o interesse do setor privado na educação, aproveita-se dos problemas educacionais e faz desses um projeto político do governo, para que possa se abrir espaços para a iniciativa privada, utilizando recursos públicos, transformando a escola em um produto e sua gestão e organização como de uma empresa que precisa bater metas.

Nesse sentido, a Reforma do Ensino Médio, é uma expressão da lógica neoliberal que vem orientando as políticas públicas no Brasil. No caso do Ensino Médio, a oferta do itinerário profissional e a possibilidade de cursar parte na modalidade a distância são as oportunidades apresentadas pelo governo para a realização das parcerias com as instituições privadas, uma vez que a maioria das escolas públicas estaduais estão com precárias infraestruturas e teriam dificuldades com o oferecimento do quinto itinerário e da EAD.

No processo de implementação da reforma do Ensino Médio, em setembro de 2018, em Brasília, o Ministério da Educação promoveu um seminário intitulado “Desafios e Perspectivas no Itinerário de Formação Técnica e Profissional no Ensino Médio”, com o propósito de discutir o ensino técnico e profissionalizante e a partir do debate elaborar um documento acerca das possibilidades da implementação do itinerário V da formação Técnica e Profissional no Ensino Médio.

Neste seminário estavam presentes as Redes Federais de Ensino: Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica - IFs, Centros Federais de Educação Profissional Tecnológica - CEFETs, Colégio Pedro II, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Além destes estavam as Secretarias Estaduais de Educação, Fundações gestoras da Educação Profissional, Autarquias gestoras da Educação Profissional, Rede Privada de Educação Profissional e o Sistema Nacional de Aprendizagem que é composto pelo SENAI, SESC, SESI, SENAC, SENATE SENAR. E constam como parceiros várias entidades como Conselho Nacional de Educação - CNE, Itaú BBA, INEP, Movimento Todos pela Educação e Movimento pela Base, além de outros.

Percebemos que estavam presentes nesse seminário somente os interlocutores do MEC e representantes dos empresários, todos que defenderam a reforma do Ensino Médio e que possuem interesse na formação Técnica e Profissionalizante para preparação de mão-de-obra. Não foram convidados para participar dessa discussão os representantes de Universidades, os sindicatos dos professores e das universidades, Movimento pelo Ensino Médio, Associação de Pesquisa em Educação e as associações de professores.

Foram apresentados slides de autoria de Fernanda Marsaro dos Santos que é Diretora de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC e já foi Diretora de Ensino da Fundação Bradesco e do professor Wisley Pereira Coordenador Geral de Ensino Médio - SEB/MEC na época. Na ocasião foram apresentados slides com o Panorama do Ensino Médio e seu histórico, as alterações na Reforma do Ensino Médio, o que já está sendo feito em alguns Estados e o que o SESI e o SENAC já vêm promovendo na área de formação Técnica e Profissional e o porquê do novo Ensino Médio.

Além de apresentar nos slides a experiência exitosa do SESI com a oferta do Ensino Médio, os autores apresentam como uma das alternativas para a oferta do V itinerário a integração entre as redes Educação Profissional e Técnica, as redes privadas, as estaduais, os Institutos Federais e o sistema S. A partir dos Slides evidencia-se a indicação do MEC para a constituição de parcerias com o setor privado, neste caso a participação do Sistema S, no processo de oferta do itinerário V, apontando-o junto às redes de integração, fortalecido pela

amostra do que eles já vem produzindo em torno dessa proposta, caracterizando que possuem a estrutura necessária para ofertar o itinerário V. Percebemos a intencionalidade da Reforma do Ensino Médio em compor parcerias e convênios público/privado.

Por fim, entendemos que a Reforma do Ensino Médio demonstra o comprometimento do governo federal com o setor privado, indicando a possibilidade da utilização e repasses de recursos públicos para instituições privadas. Assim, vivemos em uma grande disputa do projeto de educação entre empresários da educação, e professores e pesquisadores da rede pública.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Thereza. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 30 janeiro 2019.

PERONI, Vera. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. In: Revista **Educação em Revista**[online]. Belo Horizonte, 2018, vol.34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf>. Acesso em: 30 janeiro 2019.

SILVA, Maria Abádia da. O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, Jan./Jun. 2005.